

Émile Durkheim - Vida e Obra

Nasceu a 15 de abril de 1858 em Epinal, Departamento de Voges, noroeste da França exatamente entre a Alsácia e a Lorena; De família de origem judia e de pai rabino, casado e pai de um casal de filhos.

Em 1879 entra na École Normale Supérieure e sai em 1882 com o título de Agrégé de Philosophie. Em 1882 realiza concurso para docência em filosofia e é nomeado professor em Sens e Saint-Quentin.

Em 1885 vai estudar ciências sociais em Paris e na Alemanha(onde permanece por um ano)é nomeado professor de pedagogia e ciência social na Faculdade de Letras da Universidade de Bordéus(primeiro curso de sociologia nas universidades francesas).

Em 1893 defende Tese de Doutorado principal – De la division du travail social; e a Tese complementar, escrita em latim e publicada em 1892 mas editada em francês apenas em 1953 – Montesquieu et Rousseau, précurseurs de la Sociologie.

Em 1895 – Les règles de la méthode sociologique. Paris, F. Alcan.Em 1896 funda L'année Sociologique – jornal orientador do pensamento e da pesquisa sociológica na França.

Em 1897- Le suicide. Étude sociologique. Paris, F. Alcan.

Em 1902 é nomeado professor-substituto na cadeira de pedagogia na Sorbonne.

Em 1906 é nomeado professor-titular da cadeira de pedagogia da Faculdade de Letras de Paris, onde leciona pedagogia e sociologia.

Em 1910 transforma a cadeira na Sorbonne em cátedra de Sociologia.

Em 1912 – Les formes élémentaires de la vie religieuse. Le système totémique en Australie. Paris, F. Alcan.

Em 1915 perde seu filho único no front de Salonique, durante a 1ª Guerra Mundial.Morre em Paris.

1922 – Éducation et Sociologie. Paris, F. Alcan. (1925 – L'éducation morale. Paris, F. Alcan. (Nova ed. PUF, 1963)

1938 – L'évolution pédagogique en France. Introdução de M. Halbwachs. Paris. (2.ª ed. PUF, 1969)

1953 – Montesquieu et Rousseau, précurseurs de la Sociologie. Nota introdutória de G. Davy. Paris, Marcel Rivière.

Capítulo I

O único meio de provar que a sociologia é possível é mostrando que ela existe, assim como o único meio de provar o movimento é andando, mas a ciência não caminha rápido e sim lentamente principalmente para ser aplicada.

Muitos pensadores acreditavam que a sociedade era uma obra humana, ou seja, os homens passam a viver juntos para melhorar sua condição de vida e que isso foi inventado por eles, então se os humanos foram autores da sociedade eles podem destruí-la ou transformá-la.

Essa foi uma concepção que perdurou até nos últimos tempos, mas foram os economistas os primeiros a proclamar que as leis sociais são necessárias tanto quanto as leis físicas, as leis civis elas devem exprimir as leis naturais, pois estas seguem sozinha seu curso.

A melhor maneira de provar que a sociedade está submetida a leis é encontra-las. Um ponto fora de dúvida é que todos os seres dependem da ciência positiva, tudo ocorre segundo leis e elas são descobertas pouco a pouco assim como a física, química depois biologia, enfim a psicologia.

É irrefutável que os fatos sociais são mais complexos que os fatos psíquicos e estes, por sua vez não são mais complexos que os fatos biológicos e físico-químico, e no entanto já não se pode, colocar em questão e existência da vida fora do mundo e da ciência.

Por mais diferentes que os homens sejam uns dos outros, em meios anárgos, estabelecem semelhanças, mas a liberdade humana exclui a idéia de lei? devemos negligenciar por método esta objeção, pois é na metafísica que esta idéia se encontra e não nas ciências positivas. É necessário escolher entre a ciência e a metafísica pois em uma reina a lei da causalidade no outro reinam o arbítrio e a contingência.

A economia política perdeu todos os benefícios de seu princípio. Permaneceu uma ciência abstrata e dedutiva, ocupada não em observar a realidade, mas em construir um ideal mais ou menos desejável, pois este homem é em geral egoísta, mero ser de razão. O homem real, apresenta outro tipo de complexidade: pertence a uma família, tem um credo religioso, pertence a uma cidade e esses fatores se cruzam e entrecruzam. Portanto os economistas não tinham uma idéia verdadeira e justa de sociedade.

Capítulo II

Durkheim diz que para descobrir as leis da consciência coletiva é preciso conhecer as da consciência individual. Foi por estar na corrente de todas as ciências positivas, de seu método e dos seus resultados, que Augusto Comte se encontrou em condições de fundar, dessa vez em bases definitivas, a Sociologia.

Augusto Comte retoma a proposição dos economistas: como eles, declara que as leis sociais são naturais, mas dá à palavra sua plena acepção científica. Fixa para a ciência social uma realidade concreta a conhecer as sociedades.

Comte destina ao ser social um lugar determinado na série do seres. Coloca-o bem no alto da hierarquia por causa de sua complexidade maior e porque a ordem social implica e compreende em si mesma os outros reinos da natureza. Uma vez que esse ser não é redutível a nenhum outro, não se pode deduzi-lo e é preciso observá-lo para conhecê-lo.

Augusto Comte assinalava nas sociedades uma característica que as distinguia e que, contudo, os economistas haviam negligenciado. Para Comte os fatos sociais são tão estreitamente solidários que não podem ser estudados separadamente. Em consequência dessa aproximação, cada uma das ciências sociais perde em autonomia, mas ganha em vigor. Os fatos que ela estudava, por terem sido destacado de seu meio natural pela análise, pareciam não se prender à coisa alguma e flutuar no vazio.

Augusto Comte, embora admitindo como os economistas que o indivíduo tinha direito a uma ampla margem de liberdade, não a queria, no entanto, sem limites e declarava necessária uma disciplina coletiva. Do mesmo modo, embora reconhecendo que os fatos sociais não podiam ser arbitrariamente criados nem mudados, achava que, em decorrência de sua complexidade maior, eram mais facilmente modificáveis e, por conseguinte, podiam ser, numa certa medida, utilmente dirigida pela inteligência humana. Para Comte a questão nem se coloca, pois ele acreditava que existia apenas uma espécie social. Ele era adversário de Lamarck, e este não admite que o fato da evolução possa diferenciar os seres a ponto de dar origem as novas espécies. Segundo ele, os fatos sociais são sempre em toda parte os mesmos, variando em intensidade.

As nações mais selvagens e os povos mais cultos são apenas estágios diferentes de uma única e mesma evolução, e são as leis desta evolução única que ele pesquisa. A humanidade inteira se desenvolve em linha reta e as diferentes sociedades são apenas as etapas sucessivas deste curso retilíneo. As palavras sociedade são usadas indistintamente por Comte. Sua sociologia é muito menos um estudo especial dos seres sociais do que uma meditação filosófica sobre a sociabilidade humana em geral.

Comte se manteve nesta perspectiva, pois existia um estado de imperfeição em que se encontravam em seu tempo as ciências etnológicas e também o pouco interesse que lhe inspiravam essas espécies de estudo, mais hoje é impossível sustentar que há uma evolução humana, em toda parte idêntica a si mesma, e que todas as sociedades são apenas variedades diversas de um único e mesmo tipo.

Capítulo III

Spencer não se contenta em assinalar algumas analogias entre as sociedades e os seres vivos: declara nitidamente que a sociedade é uma espécie de organismo. Como todo o organismo, nasce de um germe, evolui durante um tempo, para chegar, em seguida à dissolução final. Como todo organismo, resulta do concurso de elementos diferenciados, cada um com sua função específica e que, completando-se uns aos outros, conspiram todo para o mesmo fim. O autor preconiza que se a sociologia existe, ela tem seu métodos e suas leis próprias. Os fatos sociais só podem ser explicados verdadeiramente por outros fatos sociais, e não nos damos conta

disso porque assinalamos sua semelhança com fatos biológicos, cuja a ciência já esta feita. A explicação que convém a estes não podem se adaptar exatamente aqueles. Mas, por outro lado, não podemos esquecer que a analogia e um instrumento preciso para o conhecimento e mesmo para a pesquisa científica. Na verdade se os fatos sociais e os fatos biológicos são apenas são apenas momentos diversos de uma mesma evolução, o mesmo deve ocorrer em relação as ciências que os explicam. Spencer determina o objeto da ciência social com mais precisão , ele não fala mais de sociedade de uma maneira abstrata, vaga porem distingue tipos sociais diferentes que classifica em grupos e subgrupos diferentes, e os “ estuda”. Assim analisa a família, o governo cerimonial, o governo político, as funções eclesiásticas, etc. Infelizmente , a execução deste belo programa não responde inteiramente as promessas que deixava entrever, isto porque Spencer fazia mais o trabalho de filosofo que de “sociologista” ou seja todos seu estudos são voltados para explicar o seu ponto de vista , não dando muita importância aos fatos sociais. Ele queria demonstrar que , como o resto do mundo, as sociedades se desenvolvem em conformidade com a lei da evolução universal. Com isso ele se torna fulgaz em relação a certos detalhes porque tem ânsia em confirmar sua teoria. Não consegue ver sua sociologia de modo claro.

“ (...) Sua sociologia e como que uma vista panorâmico das sociedades. os seres já não apresentam o relevo, o desenho nítido que tem na realidade. Todos se confundem no interior de um mesmo tom uniforme que só deixa transparecer seus contornos indefinidos.”

Spencer, questiona o valor da sociedade a partir do momento em que ele começa a questionar o que seria necessário fazer para se viver bem. Do que seria necessário abrir mão ou aceitar para se tem um convívio social harmonioso. A liberdade não seria um bem absoluto porque embora , seja obvio que traz benefícios, pois o homem já é mais livre do que já foi, ela e limitada porque se tem o convívio limitado por leis ; não se pode fazer tudo que se quer porque tem o direito do próximo. A liberdade individual se acha, portanto, sempre e em toda parte limitada pela coerção social, quer sobre forma de hábito, costumes , de leis ou de regulamentos. como, a medida que as sociedades tornam-se mais volumosas , a esfera de ação da sociedades aumenta simultaneamente com a do individuo, podemos censuras Spencer por não ter visto senão uma face da realidade, talvez, a menos importante delas; por ter ignorado nas sociedade aquilo que nelas existe de propriamente social.

Capítulo IV

Alfred Espinas foi o primeiro a estudar os fatos sociais com objetivo de fazer ciência, e não para assegurar a simetria de um grande sistema filosófico. Esse método foi seguido em seu livro sobre as Sociedades animais (Sociétés animales). Ao invés de se ater a visões de conjunto da sociedade em geral, limitou-se ao estudo de um tipo social em particular; depois, no interior desse próprio tipo, distinguiu classes e espécies, descrevendo-as com cuidado, e é dessa observação atenta dos fatos que ele induziu algumas leis. Seu livro constitui o primeiro capítulo da sociologia.

O que Espinas fez em relação às sociedades animais, um cientista alemão fez em relação à sociedade humana. Albert Schaeffle dedicou os quatro alentados volumes de

seu *Bau und Leben des sozialen Körpers* a uma análise minuciosa de nossas grandes sociedades modernas. Neste há pouca ou nenhuma teoria. Schaffle começa a colocar em princípio que a sociedade não é uma mera coleção de indivíduos, mas um ser que tem sua vida, sua consciência, seus interesses e sua história.

A idéia de que não existe ciência social sempre esteve muito viva na Alemanha. Schaffle mesmo aceitando-a, não faz dela o princípio de seu método. Sua preocupação predominante é a de se colocar o mais perto possível dos fatos sociais, de observá-los em si mesmo, de vê-los exatamente como são e de reproduzi-los como vê. Desmonta peça a peça o enorme mecanismo de nossas sociedades modernas, conta suas engrenagens e explica seu funcionamento. É aí que veremos, distinguidos e classificados os múltiplos elos de toda espécie que, invisíveis, nos ligam uns aos outros; como as unidades sociais se coordenam entre si de modo a formar grupos cada vez mais complexos; como enfim, das ações e reações que se produzem no interior desses grupos, desprendem-se, pouco a pouco, um certo número de idéias comuns, que são como que a consciência da sociedade.

Não há dúvida de que seu livro é inteiramente elaborado a partir de um método científico e constitui um verdadeiro tratado de sociologia positiva. Esse mesmo método foi aplicado por outros cientistas, também da Alemanha, aos estudos de duas funções sociais em particular, o direito e a economia política. A escola alemã, ao invés de partir da natureza do homem para dela deduzir a ciência, ela se esforça para observar os fatos econômicos tal como eles se apresentam na realidade. Este é o princípio do socialismo de cátedra ou socialismo de estado. Se ela tende para o socialismo é porque os fenômenos econômicos ultrapassam a esfera de ação do indivíduo; constituem uma função, não doméstica e privada, mas social.

O método de Wagner e Schaffle tinha por objetivo fazer da economia política uma rama da ciência social, e adotar como doutrina um socialismo atenuado.

Nessa mesma época, alguns juristas descobriram no direito a matéria de uma ciência nova.

Ihering e Post fizeram com que os fenômenos jurídicos integrassem ao estudo da ciência. Um e outro pertencentes a escolas filosóficas diferentes, procuraram induzir as leis gerais do direito a partir da comparação dos textos de leis e dos costumes. É certo que esse duplo movimento, econômico e jurídico, realizou um grande progresso. A sociologia não aparece mais como uma espécie de ciência de conjunto, geral e confusa; mas vemos-la fracionar-se em um certo número de ciências especiais que se dedicam a problemas cada vez mais determinados.

A sociologia, graças a suas relações com essas duas ciências, economia política e direito, perde o ar de improvisação que tinha até então. Ela já não parece ter saído do nada como que por milagre, tem seus antecedentes históricos; ligando-se ao passado e sendo possível mostrar que assim como as outras ciências, ela se desenvolveu de maneira regular.

Capítulo V

Segundo Durkheim, a sociologia tem um objeto definido e um método para estudá-la. O objeto são os fatos sociais; o método é a observação e a experimentação indireta, em outros termos, o método comparativo.

Podemos aceitar ou rejeitar essas grandes teorias da sociologia, modifica-las em detalhes, aplica-las a alguns casos particulares, mas nada podemos acrescentar a elas, porque compreendem tudo, abrangem tudo. Ao contrário, tornando-se mais especial, a ciência se aproxima mais das coisas que, também elas, são especiais; fica assim mais objetiva, mais impessoal e, por conseguinte, acessível à variedade dos talentos, a todos os operários de boa vontade.

Durkheim também comparava a ciência a uma espécie de organismo. Segundo ele, poderíamos observar como ela é formada e fazer sua anatomia, mas não impor-lhe este ou aquele plano de composição, porque ele satisfaz melhor a lógica. Ela se divide por si mesma, à medida que se constitui, e nós só podemos reproduzir as divisões que se produziram naturalmente, e torná-las mais clara no que tomamos consciência delas. É sobretudo necessário proceder com essa precaução no caso de uma ciência que mal ficou adulta e cujas formas ainda têm algo de tenro e inconsistente. Portanto, se aplicarmos esse método à ciência social, obteremos os seguintes resultados:

1. Existe em toda a sociedade um certo número de idéias e de sentimentos comuns que as gerações transmitem uma às outras, e que asseguram, ao mesmo tempo, a unidade e a continuidade da vida coletiva. É o caso das lendas populares, das tradições religiosas, das crenças políticas, da linguagem, etc. Todos esses fenômenos são de ordem psicológica, mas não dependem da psicologia individual, já que ultrapassam infinitamente o indivíduo. Devem, pois, constituir o objeto de uma ciência especial encarregada de descrevê-los e de buscar suas condições: poderíamos denominá-la psicologia social.

2. Alguns julgamentos apresentam, além disso, um duplo caráter: visam à prática e são obrigatórios. Exercem uma espécie de ascendente sobre as vontades, que se sentem como que forçadas a se conformar a eles. Reconhecemos as posições cujo conjunto constitui a moral. Comumente, vemos na moral apenas uma arte cujo objetivo é traçar para os homens um plano de conduta ideal. No entanto, a ciência da moral deve preceder sua arte. Esta ciência tem por objeto estudar as máximas e as crenças morais como fenômenos naturais dos quais busca as causas e as leis;

3. Algumas dessas máximas, segundo Durkheim, tem uma força de tal modo obrigatório que a sociedade impede, por meio de medidas precisas, que elas sejam infringidas. Não deixa à opinião pública o cuidado de zelar para que elas sejam respeitadas, mas atribui essa responsabilidade a representantes especialmente autorizados. Quando assumem esse caráter particularmente imperioso, os julgamentos morais se tornam fórmulas jurídicas. Durkheim dizia que, existe uma ciência do direito e uma ciência da moral e, entre essas duas, contínuas relações.

4. Finalmente, há o que se convencionou chamar de fenômenos econômicos. A ciência que os estuda já não precisa ser criada; mas, para que se torne uma ciência positiva e concreta, é preciso que renuncie a essa autonomia de que tanto se orgulhava para se transformar numa ciência social.

Para Durkheim, cada um desses grupos de fenômenos ditos acima poderia ser sucessivamente examinado sob dois pontos de vista diferentes. Cada um deles consiste num certo número de ações coordenadas tendo em vista um objetivo. Para estudá-lo, procuraremos ora qual seu papel e como se realiza, ora como está em si mesmo constituído. Segundo Durkheim, reencontraríamos assim, as duas grandes divisões que dominam toda a biologia - as funções, de um lado, as estruturas de outro; aqui a fisiologia, lá a morfologia. Será que o economista, por exemplo, se colocaria do

ponto de vista fisiológico? Ele procuraria quais são as leis da produção dos valores, de sua troca, de sua circulação, de seu consumo. Do ponto de vista morfológico, pelo contrário, ele buscaria como se agrupam os produtores, os trabalhadores, os comerciantes, os consumidores; compararia as corporações de outrora aos sindicatos, à fábrica, à oficina, e determinaria as leis desses diversos modos de agrupamento. Durkheim dizia que as instituições não se estabelecem por decreto, mas resultam da vida social e limitam-se a traduzi-la por símbolos aparentes. Portanto, se não queremos ver as coisas sob seu aspecto mais superficial, se desejamos atingi-las em suas raízes, é sobretudo ao estudo das funções que devemos nos dedicar.

Capítulo VI

Minha preocupação dominante é limitar e circunscrever ao máximo a extensão de nossas pesquisas. Os fenômenos estudados pelo filósofo são de dois tipos: uns relativos à consciência do indivíduo, outros à consciência da sociedade. A filosofia está em vias de se dissociar em dois grupos de ciências positivas: a psicologia, de um lado, a sociologia do outro. É particularmente da ciência social que provêm os problemas que até então pertenciam exclusivamente à ética filosófica e que nós, por nossa vez, retomaremos.

Há um século se discute se a moral deve ter primazia em relação à ciência ou a ciência em relação à moral: o único meio de pôr fim, a esse estado de antagonismo é transformar a própria moral em ciência, ao lado das demais e em relação com elas. O único meio de fazer cessar esse estado de instabilidade e de inquietude é ver na própria moral um fato cuja natureza deve ser examinada atentamente, eu diria mesmo respeitosamente, antes de ousar modificá-la.

De um modo geral, sempre achei que havia uma espécie de contradição em fazer da história uma ciência e em não exigir, no entanto, dos futuros historiadores, qualquer aprendizagem científica. Sei que o historiador não é generalizador; seu papel específico é, não o de encontrar leis, mas o de restituir a cada tempo, a cada povo, sua individualidade própria e sua fisionomia particular. Ele fica e deve ficar no particular. Enfim, por particulares que sejam os fenômenos que estuda, ele não se contenta em descrevê-los; encadeia-os uns aos outros e busca suas causas e condições e para operar uma seleção, ele precisa de uma diretriz, de um critério que só pode pedir a sociologia.

Ela lhe colocará questões que limitarão e guiarão suas pesquisas; em contrapartida, ele lhe fornecerá os elementos de resposta e as duas ciências só terão a lucrar com esse intercâmbio. Outro ponto importante para destacarmos seria o estudante de direito. É preciso, pois, ensinar ao estudante como o direito se forma sob a pressão das necessidades sociais, como se fixa pouco a pouco, por que graus de cristalização ele passa sucessivamente, como ele se transforma. É preciso mostrar-lhe, em termos práticos, como nasceram as grandes instituições jurídicas, tais como a família, a propriedade, o contrato, quais são suas causas, como elas variavam e como provavelmente variarão no futuro. Cada um de nós tem um sentimento a tal ponto exorbitante acerca de seu eu já não percebe os limites que o cercam.

É preciso reagir com todas as nossas forças contra essa tendência dispersiva. É preciso que nossa sociedade retome a consciência de sua unidade orgânica; que o indivíduo sinta essa massa social que o envolve e o penetra, que a sinta sempre

presente e atuante, e que esse sentimento regule sempre sua conduta; pois não basta que ele se preocupe com isso apenas de tempos em tempos, em circunstâncias particularmente críticas. Senhores, creio que a sociologia está, mais que qualquer outra ciência, em condições de restaurar essas idéias.

Sociologia como ciência

Definindo a sociologia como ciência das sociedades, na realidade ela não pode tratar dos grupos humanos, que são objeto imediato de sua pesquisa, sem atingir finalmente o indivíduo como elemento último de que os grupos são compostos. Porque a sociedade não pode se constituir senão na medida em que penetre as consciências individuais e que a molde "à sua imagem e semelhança"; sem querer dogmatizar em excesso, podemos dizer com segurança que certo número de nossos estados mentais, os mais essenciais, têm uma origem social.

O produto por excelência da atividade coletiva é esse conjunto de bens intelectuais e morais que chamamos civilização. O homem só é homem porque é civilizado. Procurar as causas e as condições de que depende a civilização é procurar também as causas e condições do que existe no homem de mais especificamente humano.

Consciência coletiva A sociedade não é uma simples soma de indivíduos; o sistema formado por sua associação representa uma realidade específica que tem suas características próprias. Sem dúvida, nada poderia se produzir de coletivo se as consciências individuais não existissem, mas essa condição, apesar de necessária, não é suficiente.

É preciso, ainda, que essas consciências estejam associadas, combinadas e combinadas de certa forma; é dessa combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é ela que a explica.

Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, as almas individuais dão origem a um ser, psíquico se quisermos, mas que constitui uma individualidade psíquica de um novo gênero.

Essa consciência humana que devemos realizar integralmente em nós mesmos não é outra coisa senão a consciência coletiva do grupo do qual, fazemos parte. a ciência da moral como ciência positiva.

Os fatos morais são fenômenos como os outros; eles consistem em regras de ação que se reconhecem por certos caracteres distintivos: por conseguinte, deve ser possível observá-las, descrevê-los, classificá-los e procurar as leis que os explicam. Poder-se-ia, com direito, reprovar certas teorias que se dizem científicas por serem subversivas ou revolucionárias; mas é que elas são científicas só de nome. Com efeito, elas constroem mas não observam. A moral realmente praticada pelos homens não é então considerada senão como uma coleção de hábitos, de preconceitos que só têm valor se estão de acordo com a doutrina: e como essa doutrina é derivada de um princípio que não é induzido da observação dos fatos morais, mas tirado de outras ciências, é inevitável que ela contradiga em mais de um ponto a ordem moral existente.

Os fatos sociais como objeto da sociologia

Na realidade, porém, existe em toda sociedade um grupo determinado de fenômenos com caracteres nítidos, que se distingue daqueles estudados pelas outras ciências da natureza. Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, cumpro deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo estando de acordo

com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os através da educação.

O sistema de sinais de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas seguidas na minha profissão, etc., etc., funcionam independentemente do uso que delas faço.

Não somente esses tipos de conduta ou de pensamento são apenas exteriores ao indivíduo, como também são dotados de um poder imperativo e coercitivo, em virtude do qual se lhe impõem, quer queira, quer não. Estamos, pois, diante de uma ordem de fatos que apresenta caracteres muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem. Por conseguinte, não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, que não têm existência senão na consciência individual e por meio dela. Constituem, pois, uma espécie nova e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais. (. . .) Nossa definição compreende, então, todo o definido, se dissermos: É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou mais ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (D. 1956-14)

A instituição como fato social

Os principais problemas da sociologia consistem em procurar de que maneira se constitui uma instituição política, jurídica, moral, econômica, religiosa, uma crença, etc., que causas a provocaram, a que fins úteis ela responde. Com efeito, para compreender uma instituição, é necessário saber do que ela é feita. Para poder alcançar esse objetivo, não é suficiente considerar a instituição sob sua forma acabada e recente, pois, porque estamos a ela acostumados, ela nos parece mesmo simples. Contudo, nada indica nela onde começam e onde acabam os diferentes elementos de que é formada.

Não existe linha de demarcação que separe uns dos outros de maneira visível, da mesma forma que não podemos ver a olho nu as células que formam o tecido do ser vivo e as moléculas de que são compostos os corpos brutos; precisamos de um instrumento de análise que os faça aparecer e a história desempenha esse papel.

O método sociológico

O método sociológico, tal como o praticamos, repousa inteiramente sobre o princípio fundamental de que os fatos sociais devem ser estudados como coisas, isto é, como realidades exteriores ao indivíduo. É assim que, sob o pretexto de estabelecer a ciência sobre bases mais sólidas, fundamentando-a na condição psicológica do indivíduo, nós a desviamos de seu único objetivo. Não percebemos que não pode haver sociologia se não existem sociedades, e que não existem sociedades se só há indivíduos a organização da sociedade: da solidariedade mecânica à orgânica. Constitui uma lei da história que a solidariedade mecânica, que a princípio é única ou quase, perca progressivamente terreno e que a solidariedade orgânica, pouco a pouco, se torne preponderante.

Damos o nome de clã à horda que deixou de ser independente, para se tornar o elemento de um grupo mais extenso, e o de sociedades segmentárias baseadas em clãs aos povos que são constituídos por uma associação de clãs. Dizemos destas sociedades que são segmentárias, para indicar que são formadas pela repetição de agregados semelhantes entre si. Mas não importa de que maneira a denominemos essa organização, assim como a horda, da qual é apenas um prolongamento, não comporta, evidentemente, outra solidariedade que a derivada das similitudes, já que a sociedade é formada de segmentos similares que, por sua vez, contêm apenas elementos homogêneos. Mas a solidariedade é tanto mais fraca, quanto mais heterogêneos são os clãs e vice-versa. a solidariedade permanece mecânica enquanto a divisão do trabalho não se desenvolve. (. . .) a ação da consciência comum é mais forte quando se exerce, não mais de uma maneira difusa, mas por intermédio de um órgão definido. Assim, existe uma estrutura social de natureza determinada a que corresponde a solidariedade mecânica. Caracteriza-se por um sistema de segmentos homogêneos e semelhantes entre si. Com efeito, nele os indivíduos são agrupados não mais segundo suas relações de descendência, mas segundo a natureza particular da atividade social a que se dedicam. Seu meio natural e necessário não é mais o meio de origem, mas o meio profissional. Não é mais a consaguinidade, real ou fictícia, que marca o lugar de cada um, mas a função que preenche.

Da divisão do Trabalho social

Sabemos que sociedades mais vastas não podem se formar sem que a divisão do trabalho se desenvolva: porque não somente elas não poderiam se manter em equilíbrio sem uma maior especialização de suas funções, como ainda a elevação do número dos participantes seria insuficiente para produzir mecanicamente esse resultado; e isto, mais que o aumento do volume, não se faz, geralmente, sem um aumento de densidade. A divisão do trabalho não coloca em presença os indivíduos, mas as funções sociais. Mas será que a divisão do trabalho, fazendo de cada um de nós um ser incompleto, não levaria a uma diminuição da personalidade individual, como dizem certas críticas que lhe foram muitas vezes endereçadas? Não somente a divisão do trabalho apresenta o caráter pelo qual nós definimos a moral, mas tende cada vez mais a tornar-se a condição essencial da solidariedade social. À medida que avançamos na evolução, os laços que ligam o indivíduo à sua família, à terra natal, às tradições legadas pelo passado, aos usos coletivos do grupo amortecem. O valor moral da divisão do trabalho está em que é através dela que o indivíduo toma consciência do seu estado de dependência com relação à sociedade; é dela que vêm forças que o retêm e o contêm

A educação como elemento integrador

O indivíduo é dotado de livre arbítrio, e isto basta para fundamentar sua personalidade. Não existe, por assim dizer, sociedade onde o sistema de educação deixe de apresentar um duplo aspecto: ele é ao mesmo tempo uno e múltiplo. Para encontrar uma educação absolutamente homogênea e igualitária, seria necessário remontar às sociedades pré-históricas no seio das quais não existe nenhuma diferenciação. Não podemos e não devemos nos dedicar todos a um mesmo gênero de vida; temos funções diferentes a preencher, segundo nossas aptidões, e é necessário que nos coloquemos em harmonia com que nos cabe.

O Estado e a educação

Se a sociedade chegou ao grau de desenvolvimento onde as antigas divisões em castas e em classes não podem mais se manter, prescreverá uma educação mais unificada sem sua base. Toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não chegaria espontaneamente. Segundo Spencer uma educação racional deveria reprovar tais procedimentos e deixar a criança em plena liberdade, a educação tem justamente por objeto formar o social: pode-se então perceber, como que num resumo, de que maneira este ser se constitui através da história. É necessário que a educação assegure entre os cidadãos uma suficiente comunhão de idéias e sentimentos, sem a qual qualquer sociedade é impossível; e para que possa produzir esse resultado é também necessário que não seja totalmente abandonada ao arbítrio de particulares.

Não existe ato moral que não implique um sacrifício, lei ou dever não pode ser obedecida sem humilhar nossa sensibilidade individual, ou "empírica". A estrutura política de uma sociedade não é senão o modo pelo qual os diferentes segmentos que a compõem tomaram o hábito de viver uns com os outros.

A autonomia do indivíduo/vida religiosa

O indivíduo é inteiramente autônomo, parece-lhes que o diminuímos todas as vezes que fazemos sentir que não depende apenas de si próprio. Porém, já que hoje se considera incontestável que a maioria de nossas idéias e tendências não são elaboradas por nós, mas nos vêm de fora, elas não podem penetrar em nós senão através de uma imposição. Sabemos, como efeito, por experiência, que quando os homens estão reunidos, quando vivem uma vida em comum, de sua reunião mesma surgem forças excepcionalmente intensa que os dominam, o que eu peço ao livre pensador, é que se coloque face à religião no estado de espírito do crente, para eles o que constitui essencialmente a religião não é uma mera hipótese plausível ou sedutora sobre o homem ou seu destino; o que o prende à sua fé é que ela faz parte de seu ser, é que ele não pode renunciar a ela, parece-lhe, sem perder alguma coisa dele mesmo, sem que disto resulte uma depressão, uma diminuição de sua vitalidade. As coisas sagradas são simplesmente ideais coletivos que se fixaram sobre objetos materiais.

O suicídio como objeto sociológico

Estabelecemos, com efeito, que existe para cada grupo social uma tendência específica para o suicídio, que não é explicada nem pela constituição orgânico-psíquica dos indivíduos nem pela natureza do meio físico. Na verdade, só pode haver tipos diferentes de suicídios na medida em que as causas de que eles dependem sejam elas próprias diferentes. A anomia é, em nossas sociedades, um fator regular e específico de suicídios; ela é uma das fontes nas quais se alimenta o continente anual. O suicídio egoísta provém do fato de que os homens já não encontram razão de ser na vida; o suicídio altruísta do fato de que essa razão lhes parece estar fora da própria vida; a terceira espécie de suicídio, cuja existência acabamos de constatar, do fato de que a atividade dos homens está desregrada e de que eles sofrem com isso.

Para que a sociedade possa, assim, forçar alguns de seus membros a se matar, é preciso que a personalidade individual tenha muito pouco valor. A religião tem uma ação profilática sobre o suicídio e a que menos se inclina ao suicídio é o judaísmo — é precisamente a única que não o proíbe formalmente, e é também aquela em que idéia de imortalidade desempenha um papel menor. O que constitui essa sociedade é a existência de um certo número de crenças e práticas comuns a todos os fiéis,

tradicionais e, portanto, obrigatórias. Em resumo, assim como o suicídio não provém das dificuldades que o homem encontra na vida, tornar a luta menos dura e a vida mais fácil não é o meio de impedir seu desenvolvimento. O mal-estar de que sofremos não provém de um aumento quantitativo ou qualitativo das causas objetivas de sofrimento; atesta não uma miséria econômica maior, mas uma alarmante miséria moral.

Durkheim coloca como centro de sua reflexão a exigência do consenso social. Segundo a qual as sociedades só podem manter sua coerência partilhando crenças comuns que a sociedade tem necessidade de consenso e que o consenso não pode ser estabelecido senão por meio de crenças absolutas. A sociologia deveria servir para fundar e reconstruir uma moral que respondesse às exigências do espírito científico já que os padrões de valor foram interiorizados como parte da personalidade e que a sociedade existe apenas nas mentes do indivíduo.

Trabalho de sociologia • Saiba Mais Componentes do Grupo:

Paula Leal Dias Silveira

Bianca Cristina M. Gindre da Silva

Juliana Gevi

Fabiana Baraldo G. Antunes

Monike N. Munay